

## 12. GEOGRAFIA, NATUREZA E SOCIEDADE: UMA PROPOSIÇÃO

No modo de produção capitalista a terra é mercadoria, mas apenas em sua forma solo. Como o capitalismo tende sempre à universalização, ocorre que a Terra, o Globo, se põe, ante o capitalista como mercadoria. Mas, o objetivo do capitalista só é produzir a mercadoria enquanto meio de realizar o capital. Para chegar a isso precisa transformar a terra em solo e o possuidor independente da terra em assalariado. Então, a propriedade privada é a forma geográfica de produção e reprodução do capital. Mas, a propriedade privada é espaço produzido como mercadoria pelo trabalho assalariado. Então, o capitalista precisa da força de trabalho do operário para produzi-la. O capitalismo possui então uma dimensão espacial que se manifesta como espaço geoeconômico - espaço de produção (agrícola, pecuário, extrativo, industrial), de troca (comercial), de circulação (vias de tráfego) e de consumo (urbano). Como a produção e reprodução do capital depende da reunião dos assalariados, da organização dos meios de trabalho em um só lugar, assim como dos objetos de trabalho, o espaço geoeconômico do capitalismo é um espaço concentrado. É concentrado no campo e é concentrado na cidade. Contudo, a produção no campo depende da extensão do solo, qualquer que seja a intensidade de obtenção do produto. Ao passo que a produção urbana é mais concentrada porque a natureza da realização do capital permite a reunião dos recursos num espaço reduzido. Esses requisitos básicos de organização do espaço são estendidos também à troca e ao consumo. Contudo, o espaço de circulação depende da distância entre a produção e o consumo, como lugar de produção e lugar de consumo. O mercado, no capitalismo, expressa-se, então, como o conjunto dos lugares de produção, troca, circulação e consumo, ou seja, a realização do espaço geoeconômico, que consiste na efetivação simultânea do espaço geográfico como espaço econômico e deste como aquele. A contínua concentração do capital, que decorre da concorrência - que é condição de existência do modo de produção capitalista - corresponde uma contínua concentração do espaço, assim como à sua amplitude. O espaço do capitalismo se concentra quando aumenta e aumenta quando se concentra. Por isso, tende a um universo concentrado. Mas, essa concentração é desigual, porque ela é uma decorrência da ação individual e grupal dos capitalistas que, além disso, defrontam-se com uma desigual existência e distribuição espacial dos recursos naturais e sociais.

Para sua realização como modo de produção é preciso que os capitalistas detenham o poder político. Por isso, precisam obter o controle do Estado, que já existia antes deles aparecerem. Chegar ao Estado é apropriar-se não só do poder sobre o espaço mas, além disso, é apropriar-se do espaço já existente e produzi-lo e reproduzi-lo à sua maneira. Daí que a forma geográfica se altera com a produção da propriedade privada que, então, passa a se defrontar com a propriedade do Estado. Há, então, um espaço fechado que se contrapõe a um espaço aberto. No limite, essa contraposição se expressa como contradição entre lugares de produção, de troca, de circulação e de consumo diferentes. Então, o Estado deve garantir a necessidade de espaço e a liberdade de (direito ao) espaço. Não pode resolver essa contradição sem transformar-se de espaço de livre concorrência em espaço de monopólio. Mas, o espaço de monopólio é um espaço também de concorrência, mas que se contrapõe ao espaço de livre concorrência. O espaço de monopólio tem necessidade de destruir o espaço de livre concorrência, para criar ou produzir a liberdade do espaço de monopólio. Por isso, a organização do espaço torna-se duplamente necessária. Com ela, o planejamento do espaço. Não mais a livre organização do espaço, mas o oposto: a organização livre do espaço, ou seja, a organização do espaço para a liberdade planejada pelo Estado, por isso,

também pela empresa monopolista. Verifica-se, então, o surgimento de nova contradição, com a qual coexistem as anteriores: a contradição entre o espaço monopolista do Estado e o espaço monopolista da empresa. A formação dos espaços monopolistas do Estado e da empresa consiste em uma gigantesca concentração e amplitude do modo de produção capitalista, vale dizer, do seu espaço geoeconômico. Daí que só o grande capital pode mover-se com liberdade nesse grande espaço que produz e reproduz, como forma pública ou forma privada de espacialidade. Todos os demais espaços são obrigados a submeter-se a essa nova lógica espacial. Em si mesma sua possibilidade de expansão é ilimitada.

O solo no modo de produção capitalista é a natureza transformada em mercadoria, e por isso, possível de realizar-se como capital. Como a velocidade de realização do capital depende da velocidade de produção das mercadorias é necessário homogeneizar o espaço. Daí, a necessidade da máquina (que produz o equivalente ao dispêndio de uma massa variável de força de trabalho) e da tecnologia (habilidade manual ou incorporada à máquina). A máquina e a tecnologia devem, então, transformar a natureza segundo os requisitos de um espaço geoeconômico tornado isotrópico. No campo, trata-se de eliminar os obstáculos à livre circulação do excedente. Por isso, a terra rural precisa transformar-se em solo agrícola; a terra pastoril em solo pecuário; a terra rica em minérios em solo industrial. Por isso, também, os espaços de circulação devem tender à isotropia. Mas, eliminar os atritos naturais é contrapor-se à livre organização da natureza. Trata-se, então, de produzir a sua organização livre, aumentando suas potencialidades e capacidades. Há aí uma contradição porque o natural se põe como determinações específicas diversas das necessidades do espaço econômico. Em si mesmas elas tendem sempre a eliminar a isotropia conquistada pelas máquinas e pela tecnologia. O mesmo ocorre, com menos intensidade, no espaço urbano, que é um espaço isotrópico produzido apenas pelo capital, em que a natureza entra apenas como fornecedora de objetos de trabalho. Põe-se, por isso, a desigualdade entre a isotropia agrária e a isotropia urbana.

O assalariado no modo de produção capitalista é o possuidor independente da terra despojado de sua propriedade e de seus meios de trabalho. Nessa condição, não tem alternativa se não vender ou alugar sua força de trabalho. Num primeiro momento, na livre concorrência, ele a vende. Num segundo momento, no monopólio, ele a aluga. Mas, não pode fazê-lo sem relacionar-se com os outros assalariados. Por isso, define um conjunto de relações de produção, troca, circulação e consumo que são relações sociais. Esse conjunto de relações sociais define um espaço de relações sociais, fundado na existência do espaço geoeconômico. Por isso, essas relações sociais são relações localizadas. Então, o lugar das relações sociais é o lugar social. Assim como o lugar social deve tender à isotropia, por isso mesmo, o capital deve produzir a isotropia do assalariado. Mas, as determinações individuais e grupais, que se relacionam às determinações do lugar, tendem a eliminar essa isotropia. Por isso, a isotropia do assalariado no campo é diferente da isotropia do assalariado na cidade. Então, os lugares sociais isotrópicos são também desiguais.

A Geografia Social tem por objeto o estudo do lugar social, como manifestação da formação social. Mas, o lugar social não existe efetivamente sem o lugar natural. Ambas se objetivam no espaço geoeconômico, mediação necessária a sua existência no modo de produção. Mas, o lugar social não existe sem as populações que são suas determinações. Por isso, o lugar social se

põe como uma totalidade de relações e formas espaciais-sociais que contem a contradição necessidade-liberdade. O espaço da liberdade é o espaço da necessidade consciente.

---

SP 18/11/79